

Trabalho no ensino fundamental e as influências na saúde do docente

Work in primary education and the influences on teachers' health

El trabajo en la enseñanza primaria y su influencia en la salud de los profesores

Vanessa Ramos Lourenço

Universidade Estácio de Sá (UNESA)

lalexca36@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2249-8164>

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

Universidade Federal Fluminense (UFF)

geilsavalente@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4488-4912>

Adriana Loureiro da Cunha

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

adrianacunhaloureiro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6971-4357>

Suellen Gomes Barbosa Assad

Centro Universitário Redentor (UniRedentor)

suellengomesbarbosa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4911-3837>

RESUMO

Este estudo pretende refletir sobre a relação entre a profissão no ensino fundamental na escola pública e a saúde mental do docente. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, fundamentada nos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho de Christophe Dejours, para compreender as influências do trabalho no ensino fundamental e os impactos na saúde mental do docente. Partindo do conhecimento teórico da Psicodinâmica do Trabalho as influências apontadas foram: a organização do trabalho, a sobrecarga de tarefas, desgastes do ambiente escolar, a falta de participação dos pais e responsáveis, e as vivências familiares dos discentes. Identificou-se que os fatores característicos da profissão no ensino fundamental da escola pública impactam na dinâmica dentro da escola e no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, gerando frustração do trabalho docente e consequentemente afetando a sua saúde mental.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Docente. Prática docente.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the relationship between the elementary school teaching profession in public schools and teachers' mental health. It is a case study, with a qualitative approach, based on the concepts of Christophe Dejours' Psychodynamics of Work, in order to understand the influences of work in primary education and the impacts on teachers' mental health. Based on the theoretical knowledge of the Psychodynamics of Work, the influences pointed out were: the organization of work, the overload of tasks, the wear and tear of the school environment, the lack of participation by parents and guardians, and the students' family experiences. It was identified that the factors characteristic of the profession in public school primary education have an impact on the dynamics within the school and on the development of student learning, generating frustration in the work of teachers and consequently affecting their mental health.

Keywords: *Workers' health. Teacher. Teaching practice.*

RESUMEN

Este estudio pretende reflexionar sobre la relación entre la profesión docente en la enseñanza primaria y la salud mental de los profesores. Se trata de un estudio de caso con un enfoque cualitativo, basado en los conceptos de la Psicodinámica del Trabajo de Christophe Dejours, para comprender las influencias del trabajo en la enseñanza primaria y las repercusiones en la salud mental de los profesores. A partir de los conocimientos teóricos de la Psicodinámica del Trabajo, las influencias señaladas fueron: la organización del trabajo, la sobrecarga de tareas, el desgaste del ambiente escolar, la falta de participación de los padres y tutores y las vivencias familiares de los alumnos. Se identificó que los factores característicos de la profesión en la educación primaria de la escuela pública inciden en la dinámica dentro de la escuela y en el desarrollo del aprendizaje de los alumnos, generando frustración en el trabajo de los docentes y consecuentemente afectando su salud mental.

Palabras clave: *Salud Maestro. Trabajo docente. Practica docente.*

Introdução

O trabalho docente enfrenta diversas dificuldades no cotidiano na escola pública, sofrendo com estigma, descaso e desvalorização profissional ao longo da história. Observa-se que ainda hoje, as condições precárias de trabalho, forte carga emocional, carga horária de trabalho exaustiva, baixa remuneração, fragilidades dos planos de cargos e salários, entre outros fatores, têm produzido sofrimento psíquico no docente, fato que a longo prazo pode levar ao adoecimento desse trabalhador da educação. (MELO; BERNARDO; SILVA; MICHELI, 2017; 2018).

Dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) evidenciam que múltiplos fatores podem colocar em risco a saúde mental como: mudanças sociais,

condições de trabalho estressantes, discriminação de gênero, exclusão social, estilo de vida não saudável, violência e violação dos direitos humanos. Nas Américas, cerca de 50 milhões de pessoas sofreram com algum transtorno mental em 2015, ou seja, 5% da população (OPAS, 2017).

Segundo dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os casos de afastamento do trabalho no Brasil por motivo de transtorno mental bateram recordes de pedidos de concessões de auxílio-doença e aposentadorias registrados no ano de 2020. Transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade, já estão entre os 20 motivos para solicitação de benefícios do INSS, uma alta de 26% em relação a 2019.

Nesse contexto, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ser professor é uma das profissões mais geradoras de estresse ocupacional, tanto na escola pública, quanto na privada (OLIVEIRA; BALK; GRAUP; MUNIZ, 2020; MARQUES; TANAKA; FOZ, 2019).

A sobrecarga de atividades e o desequilíbrio psicológico ficaram mais evidenciados com a pandemia mundial do COVID-19, agravando a saúde mental e psicológica principalmente das mulheres docentes, que assumiram múltiplas tarefas como o ensino remoto associado ao cuidado com a casa e com a família. Estudos apontam para uma alta de problemas de saúde em professores que foram forçados ao trabalho remoto devido à pandemia do COVID-19. (VASQUEZ; CARRASCO; HERNANDO-RODRIGUEZ, 2021; DOGRA; HAUSHAL, 2021)

Previsto no Art. 206, inciso VII, da Constituição Federal e no artigo 3º, inciso IX, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), um ambiente escolar que não é motivador ou seguro pode gerar desequilíbrio emocional, afetando os docentes que, possivelmente, não serão capazes de atuar com todo o seu potencial, aumentando o absenteísmo no trabalho e afetando o direito do aluno ao ensino de qualidade, infringindo o princípio constitucional da garantia do padrão de qualidade da educação em todos os níveis de ensino.

Visando a realidade da escola pública na educação básica sabe-se que, historicamente, a docência é pouco valorizada, seja pelos baixos salários em relação aos outros níveis de ensino; ou por ser confundida com extensão da maternidade e do lar pela presença quase em sua maioria de mulheres (SOUZA; MELO, 2018).

O magistério, desde o início da educação formal, sempre esteve associado ao sacerdócio e com baixo valor salarial, sendo que exercer tal função exigia muita dedicação. O trabalho docente tem diversas especificidades, particularmente na educação infantil e no ensino fundamental. A tarefa de ensinar caracteriza-se por uma relação de cuidado, visto que educar, etimologicamente, significa criar, cuidar (MORAES, 2005).

Professores entendem a profissão como uma prática associada ao ato de educar, que envolve afeto e ética para além da esfera educativa. As práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes são também práticas de cuidado à medida que são atravessadas pelas ideias socioculturais da divisão sexual do trabalho (ANDRADE, 2015).

A fim de subsidiar este estudo a respeito das situações do trabalho na escola e a saúde mental do trabalhador, o presente artigo apresenta como objetivo refletir sobre a saúde mental do docente em relação às características da profissão no ensino fundamental na escola pública na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Breve panorama sobre a profissão docente no Brasil

No período da colonização, o trabalho em educação no Brasil tinha como o objetivo a catequização dos índios pelos jesuítas, conforme os interesses econômicos da época, que aos poucos foi transformando-se em uma educação para a elite e ascensão social. A maioria das escolas brasileiras cuidava, apenas, da educação dos homens, e à mulher, incumbia-se das atividades domésticas como cuidar da casa e dos filhos. Naquela época, havia um descaso com o preparo do professor, onde eram escolhidos sem nenhuma formação pedagógica (SOUZA, 2018).

Com a reforma pombalina em 1759 e a expulsão dos jesuítas das colônias, as escolas deixaram de servir aos interesses da fé e passaram a servir aos interesses da coroa de Portugal, e só a partir do século XIX a organização da escola pública passou a ser interesse do Estado. Com a Independência, criaram-se as primeiras escolas primárias para mulheres, onde as aulas eram ministradas também por docentes do sexo feminino. Conforme Souza e Melo (2018), apenas no final do século XIX e início

de século XX, buscaram-se ações mais específicas preocupadas com a formação dos professores através da criação das escolas normais.

Com a criação da Escola Normal (Escola de Formação de Professores para a Educação Básica), surge uma das poucas oportunidades para as mulheres continuarem os estudos. Naquela época, às mulheres por sua condição “natural” da maternidade, conferiu-se a missão de educar as crianças, abrindo espaço para a figura da professora, modelo de moralidade, inteligência e virtude. Portanto, vislumbrou-se a necessidade de investir na instrução dessas mulheres, pois estas seriam responsáveis por uma boa sociedade conforme os padrões morais da época (SCHAFFRATH, 2000).

A primeira Escola Normal brasileira foi fundada em 1835, em Niterói, ainda província da capital Rio de Janeiro. As aulas foram reformuladas para receber as futuras alunas, mas havia uma diferenciação nos currículos de homens e mulheres, bem como nos salários entre os docentes do sexo masculino e do sexo feminino da instituição (SCHAFFRATH, 2000).

O magistério, historicamente, sempre esteve associado ao sacerdócio, onde exercer tal função exigia imensa dedicação, como também baixo valor da remuneração salarial. O trabalho docente tem diversas especificidades, particularmente na educação infantil e no ensino fundamental. A tarefa de ensinar está relacionada ao cuidado, visto que educar, etimologicamente, significa criar, cuidar (MORAES, 2005, p. 164).

Apenas na década de 40 amplia-se o interesse pela melhoria do ensino no país, através da modernização da metodologia pedagógica, com base nas inovações europeias e americanas. Com o advento da República, algumas escolas normais de São Paulo e no Rio de Janeiro serviram de modelo para outras instituições no país. Entretanto, foi com a fundação do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, que os primeiros professores foram habilitados para o ensino secundário em 1937 (SCHAFFRATH, 2000).

Uma nova organização dos cursos de magistério abriu espaço às moças de classe média que estavam em busca de uma profissão, transformando-se em uma exclusividade feminina. O magistério como profissão pouco valorizada e com baixos salários, estigmatizada como vocação e sacerdócio, afastou os homens do ensino

básico, pois estes deveriam prover o sustento familiar, e a remuneração naquela época era insuficiente. A profissionalização da mulher no magistério público foi necessária frente à abertura do ensino às mulheres, com a criação das classes exclusivamente femininas (SCHAFFRATH, 2000).

Segundo Souza e Melo (2018):

Não havia, até a promulgação da atual LDB, uma especificação legal quanto à formação do educador de crianças pequenas, o que vigorava era a ideia da mulher como natural para cuidar e educar crianças. Destaca-se que esse estereótipo é uma construção social acerca do gênero feminino que se perpetuou ao longo da história, sobretudo após a inserção da mulher no magistério, no final do século XIX e início do século XX.

Naquela época, acreditava-se que a educação oferecida pela escola deveria ser uma continuidade da educação oriunda de casa, uma vocação feminina. Para Schaffrath (2000,p.11) (...)“as mulheres mães e educadoras por natureza, passavam agora a estender sua função para as escolas na profissão da professora (...)” Na escola normal deste período, os alunos eram preferencialmente mulheres, pois para ensinar às crianças da escola primária exigia-se apenas o magistério sendo que para lecionar na Escola Normal, dita escola secundária, era preciso professores com formação em nível superior, e neste caso apenas os homens tinham a oportunidade desta formação, o que explica-se hoje o grande número, senão prioritário, de mulheres atuantes nos anos iniciais da educação básica.

Destaca-se que a profissão docente nos anos iniciais do ensino fundamental, formada em quase sua totalidade por mulheres e vista historicamente com cunho assistencialista “passou a ser desvalorizada, uma vez que tanto o termo tia quanto outros associados a essas etapas de educação, trazem em seu bojo a falsa concepção de que qualquer mulher pode ser uma professora (...)”. E ainda (...) conferindo à educadora um status de membro da família (...), e não de uma profissional qualificada para o exercício da docência junto a essa faixa etária.”(SOUZA E MELO, 2018, p.706),

Somente após a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da educação (BRASIL, 1996), foi exigida a formação de nível superior, admitindo-se como formação mínima o curso normal em nível médio de professores para os anos iniciais (SOUZA

& MELO, 2018). Porém, consta no Art. 62 da LDB (BRASIL, 1996), que deve ser implantado, até o ano de 2020, como exigência mínima de formação de docentes para a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), nível superior com curso de licenciatura plena, para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental.

Conforme o Art. 61 da Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, concomitante com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas (BRASIL, 1996, p.41)

Segundo Nóvoa (2017), a passagem para a necessidade de formação docente em nível superior trouxe avanços, principalmente na aproximação dos profissionais à pesquisa como em outros campos do conhecimento, tornando-se uma formação acadêmica voltada ao exercício de uma profissão, e não somente um “dom” ou uma “vocação”. Porém vale destacar que:

Ao longo de mais de cem anos, desde meados do século XIX, as escolas normais desempenharam um papel muito importante não só na formação de professores, mas também no desenvolvimento de meios e métodos de ensino, na produção de materiais didáticos e na inovação pedagógica, no lançamento de iniciativas de aperfeiçoamento do professorado, no associativismo docente, nas publicações sobre educação e ensino (livros e jornais) e no apoio às políticas públicas. As escolas normais consagraram processos de mobilidade social e de afirmação do papel das mulheres, tendo sido fundamentais para construir o modelo escolar, para consolidar a escola pública e para produzir a profissão de professor (NÓVOA, 2017, p. 1112).

Graças também às transformações culturais e sociais do conceito de infância, o papel do educador teve a necessidade da profissionalização docente, pautada em políticas públicas, que versam sobre o direito das crianças e adolescentes a uma

educação pública e de qualidade, com o objetivo de promover mudanças no contexto educacional brasileiro (SOUZA; MELO, 2018).

Portanto, a formação docente do ensino fundamental deve buscar a ligação entre a universidade, as escolas e as políticas públicas e, sobretudo, demarcar não só a importância da formação profissional, mas, sobretudo, a sua afirmação e reconhecimento público (NÓVOA, 2017).

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritivo-exploratória, do tipo pesquisa de campo. A partir da leitura dos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho, pretendeu-se investigar as situações que ocorrem no trabalho do cotidiano de escolas municipais que podem influenciar na saúde mental dos docentes. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo de Bardin (2011). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense sob o CAEE 5831019.5.0000.5243.

O cenário da pesquisa foi composto por quatro escolas do Ensino Fundamental dos anos iniciais do município de Niterói, localizadas no polo sete. A rede municipal de Niterói está dividida em sete polos administrativos e conforme dados da Assessoria de Estudos e Pesquisas Educacionais da Fundação Municipal de Educação (AEPE) em junho de 2019, possui 112 escolas do Ensino Fundamental, distribuídas nas cinco unidades administrativas do município, que são: Norte, Praia da Baía, Pendotiba, Leste e Oceânica.

A rede conta com o total de 30.156 alunos matriculados, sendo 52 escolas do Ensino Fundamental Regular (1º ao 9º ano), com 18.963 matrículas. Dispõe de 46 escolas com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e 620 docentes em efetiva regência. Nas escolas do polo sete, encontram-se 14.746 alunos matriculados nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e 121 professores regentes. As escolas ficam situadas nos bairros: Várzea das Moças, Itaipu, Rio do Ouro e Piratininga, como também distribuídas nas Regiões Administrativas: Oceânica, Leste e Praias da Baía. Contam com 65 professores nos anos iniciais do ensino fundamental e 1.554 alunos matriculados.

Neste estudo, a composição da amostra foi de 24 docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, em efetiva regência de turma, e carga horária de 24h ou 40h semanais, função professor I (chamado professor generalista/regente), onde 16,66% estão na faixa etária de 30 a 39 anos, 33,33% 40 a 49 anos e 12,5% 50 a 59 anos. A totalidade da amostra é do sexo feminino, sendo 12,5% com 1 a 9 anos em sala de aula, 45,83% de 10 a 19 anos, 29,16% de 20 a 29 anos e 12,5% de 30 a 39 anos.

Os docentes aceitaram participar da pesquisa após a assinatura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecido, de acordo com a Resolução nº 466/12 (BRASIL, 2012) do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Optou-se em utilizar a entrevista semiestruturada como instrumento para a coleta de dados da pesquisa. A entrevista individual semiestruturada com roteiro previamente elaborado contou com uma pergunta desencadeadora: “Quais situações na sua prática profissional podem afetar a sua saúde mental?”.

A entrevista foi realizada pela própria pesquisadora em horário de trabalho dos participantes, gravadas utilizando dispositivo digital para posteriormente, serem transcritas na íntegra, respeitando a linguagem própria e suas opiniões.

A coleta de dados ocorreu nos meses de setembro a novembro de 2019. Entretanto, a fim de complementar a coleta, no mês de abril de 2020 houve a necessidade de adequação do método de aplicação da entrevista para online, como consequência da pandemia do COVID-19, que ocasionou a suspensão das aulas e fechamento das unidades escolares em todo o território nacional.

As entrevistas foram encerradas quando ocorreu saturação dos dados, ou seja, quando as respostas começaram a se repetir (NASCIMENTO; SOUZA; OLIVEIRA; MORAES; AGUIAR; SILVA, 2018). No total foram 25 entrevistas, sendo 21 presenciais e 04 através do aplicativo Hangouts, entre setembro de 2019 e abril de 2020.

A análise temática de conteúdo dos dados das entrevistas foi feita com base em Bardin (2011), e seguiram-se as três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos. Propôs identificar as circunstâncias presentes na dinâmica escolar e na profissão docente, buscando o olhar do participante sobre

os fatores que podem interferir na sua saúde mental. Além disso, intentou-se apontar possíveis aspectos emocionais e psicológicos que podem estar surgindo ou não, por conta do sofrimento psíquico advindo da sua relação com a organização do trabalho (DEJOURS, 2011).

Os dados foram selecionados por unidades temáticas, posteriormente criadas as Unidades de Registro que foram quantificadas e reunidas compondo as Unidades de Significação (US).

Resultados e Discussão

A análise de conteúdo temática possibilitou a criação de categorias empíricas, vindas das falas dos sujeitos, respeitando o que os participantes expressaram e que foram carregadas de significados. As US foram agrupadas por frequência e por sentido, totalizando três categorias de análise. Primeira categoria: Desafios do trabalho docente na escola municipal; segunda categoria: As vivências de sofrimento do trabalhador docente; terceira categoria: A mulher docente e a sobrecarga de funções femininas, uma questão de gênero.

Primeira categoria: Desafios do trabalho docente na escola municipal

A organização do trabalho e o cotidiano no ensino fundamental na escola pública apresentam características referentes à profissão docente, entre elas: as condições de trabalho, as exigências profissionais, o cotidiano escolar, o perfil dos alunos da rede municipal e a falta de acompanhamento familiar.

Identificou-se que a realidade do trabalho demanda ações para além das habilidades pedagógicas, mas exige habilidades sociais e emocionais para o manejo das situações da profissão. Conhecer o contexto no qual se dá a prática docente no ensino fundamental nos anos iniciais na rede municipal foi fundamental para a reflexão sob as demandas da profissão e as influências na saúde mental do trabalhador.

Subcategoria: Organização do trabalho docente e a rotina escolar

As condições de trabalho para a realização das atividades docentes e as situações que atravessam o cotidiano escolar, demonstram que os trabalhadores atuam em um ambiente barulhento, tumultuado, com escassez de recursos humanos e materiais. Enfrentam sobrecarga de atividades e cobranças constantes. Trabalham em turmas superlotadas, compostas de alunos com perfis diversos e comportamentos violentos. Não recebem o suporte administrativo e pedagógico adequados, e ainda sofrem assédio moral.

Seguindo a compreensão de Dejours (2004) em relação à realidade do trabalho, é possível afirmar que a escola é um espaço social, de reprodução das relações coletivas, como também produtora de novos modos de conhecer o mundo e interagir em grupo. Portanto, o trabalho passou de uma mera atividade para o “real do mundo social”, e transformou-se em um processo dinâmico de inter-relação, onde trabalhador e trabalho, são afetados ao longo da história da humanidade. É o envolvimento do corpo e da mente, da criatividade e dos afetos para responder a uma realidade que demanda algo específico do sujeito (DEJOURS, 2018).

Podem-se apontar diante dos resultados obtidos, alguns imprevistos cotidianos vividos pelos docentes, conforme destacados na fala do participante:

“Diferença de aprendizagem, diferença de comportamento, temos tudo e nós somos um para lidar com vinte e sete individualidades, vinte e sete diferenças. A partir daí, isso já causa uma dificuldade, e o que você faz? Então para mim, é mais essa dificuldade de você lidar com vinte e sete pessoas diferentes e ser única. Ter todo esse peso em cima de você, e lidar com as dificuldades, a violência verbal, violência entre os pares, entre eles, que brigam, que socam etc” (MM).

O depoimento ilustra a dura realidade vivida pelos docentes no ensino fundamental, onde defrontam-se problemas de origens diversas que impactam na efetivação do ensino, gerando consequências para a sua saúde, à medida que estes se veem impotentes para alcançar a resolução dos objetivos pedagógicos planejados.

Segundo Nóvoa (2017), o trabalho docente mostra-se múltiplo, construído no cotidiano da prática escolar, nas experiências, nos atravessamentos que surgem na relação com o coletivo, onde “a profissão docente está a evoluir, rapidamente, de

uma matriz individual para uma matriz coletiva”. Sendo assim, o trabalho docente é permeado pelas características individuais do professor e do aluno, da educação oferecida pela família, do convívio uns com os outros. Frente à organização do trabalho, existem situações prescritas e outras não prescritas, que surgem na imprevisibilidade do dia a dia e que requerem competências do docente para minimizar ou sanar o conflito e administrar situações de aprendizagem, que nem sempre estão ao seu alcance. (DEJOURS, 2018)

Corroborando com esta reflexão, enfatiza-se o discurso de KF a seguir:

“(...)eu vejo assim, que a grande dificuldade está na relação do dia a dia, até com o próprio aluno, é tanta confusão, é tanta demanda, é o tempo todo resolvendo tanto conflito que assim, eu estou ficando doente com isso”.

Diante do exposto, no que se refere ao processo de trabalho dos docentes desta pesquisa, os resultados indicam que as condições nem sempre são satisfatórias, pois o ambiente escolar no ensino municipal e a organização do trabalho apresentam características inadequadas que interferem negativamente na saúde mental deste trabalhador.

Há que se pensar em estratégias de promoção da saúde e prevenção de danos, por meio de intervenções de educação continuada e encaminhamentos adequados, como forma de proteger a saúde mental dos professores.

Subcategoria: Limitações da prática profissional frente à falta de apoio da família e da história do aluno

No que se refere à influência e participação da família na vida escolar do aluno, os resultados indicaram que, seja pelo pouco envolvimento dos responsáveis nas atividades escolares ou pela dinâmica familiar conflituosa que os discentes vivenciam, o desenvolvimento pedagógico e social dos alunos podem ser afetados.

Conforme Nóvoa (2017, p.18), ser docente é uma profissão do humano, onde se requer afinidade e disposição pessoal para a função. Porém, por mais que o professor possua facilidade de relacionamento interpessoal, o histórico familiar

conturbado e a participação insuficiente da família, podem desencadear nos docentes sentimentos de limitação profissional, frustração e sofrimento psíquico diante do insucesso escolar.

A clientela das escolas cenário em geral é de baixa renda, em risco social, composta por crianças e adolescentes. Para Nóvoa (2017) uma das características do trabalho docente é o vínculo afetivo que se estabelece entre professor e aluno, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Entretanto, este vínculo, ao invés de ser um facilitador da prática docente, neste caso pode desencadear abalos emocionais e limitações profissionais.

Conforme ED:

(...) “quando a gente não tem participação da família, aquilo me incomoda de tal maneira que eu saio de sala com dor de cabeça, sempre, com dor de cabeça, quando você vê que a criança não faz uma atividade; quando a criança não tem um interesse; não traz o material; ninguém olhou a atividade que ele fez; ninguém fez um elogio, entendeu? Fica dependendo só de mim, e eu não tenho força para dar conta disso tudo e isso acaba comigo fisicamente e emocionalmente, é o que mais me destrói, entendeu? É essa falta da família, esse abandono que as crianças estão vivendo, principalmente nos dias atuais” (ED).

As situações familiares citadas foram: violência doméstica, abandono, separação dos pais, dificuldades financeiras e pouco envolvimento dos responsáveis na relação escola e família, estas interferem diretamente no sucesso escolar, gerando sentimentos de angústia, insatisfação e sobrecarga emocional. Destacamos:

“A falta de comprometimento, de ajuda dos responsáveis, que atribuem à escola toda responsabilidade com seus filhos, responsabilidades que deveriam ser destinadas a elas e não são. Que vão além do nosso papel de ensinar” (FO).

Embora seja dever da família “proporcionar aos filhos e/ou criança ou adolescente sob sua responsabilidade condições para o seu desenvolvimento educacional” (NITERÓI, 2015), com base nos dados coletados constatou-se que o

precário envolvimento da família na vida escolar dos alunos e as diversas relações de violência e abandono que estes vivenciam, geram sobrecarga mental afetando a prática docente, dianteda reprodução das situações de violência dentro da escola que podem deixar marcas psicológicas e emocionais.

Deste modo, conhecer o contexto no qual se dá a prática docente no ensino fundamental nos anos iniciais na rede municipal é fundamental para a reflexão sobre os possíveis impactos das demandas da profissão na saúde mental do trabalhador. Identificou-se que a realidade do trabalho demanda ações para além das habilidades pedagógicas, mas exige habilidades sociais e emocionais para o manejo das situações da profissão que podem levar ao sofrimento psíquico (LANCMAN; SZNELWAR, 2021).

Para refletir sobre a relação entre o déficit da participação parental no desenvolvimento escolar e as influências na saúde mental dos docentes é importante salientar que as transformações sociais atuais desencadeadas pela lógica do acúmulo do capital produzem diferenças socioeconômicas. As classes populares, público ao qual recebem as escolas municipais, sofrem historicamente os efeitos do capitalismo.

Este cenário leva à necessidade de pensar na diversidade de fatores que atravessam a relação da família-escola-poder público, considerando essa dinâmica como uma construção marcada pelas contradições sociais, políticas, econômicas e culturais. É importante considerar as múltiplas estruturas que constituem a realidade dessas famílias, incluindo uma perspectiva teórica crítica para compreender a insuficiente participação parental no desenvolvimento da aprendizagem das crianças e adolescentes.

Para esse debate é importante associar os sujeitos ao seu contexto e a sua história. Inúmeros estudos (MELLO et al., 2020) identificaram que desvantagens sociais associadas às classes populares, como maior exposição à violência doméstica, menos acesso à educação, ao trabalho digno, moradia, alimentação de qualidade, cultura, e direitos sociais podem contribuir para fragilidade e às disfunções familiares.

Portanto, considerando a ampliação do acesso à educação no Brasil nos últimos anos(BERNADO; FELIX, 2023) e o aumento das exigências da profissão, é provável que os desafios do cotidiano e a realidade familiar das classes populares sejam vetores para abalos na saúde mental do docente.

Segunda categoria: Vivências de sofrimento do trabalhador docente

Essa categoria reúne as fragilidades emocionais e atual condição de sofrimento psíquico destes trabalhadores da educação, sinalizadas nas entrevistas. Sintomas como cansaço, oscilação de humor e desequilíbrio emocional foram citados de forma recorrente. Conforme a fala de KF:

“(...) quando você chega numa turma que você encontra muitas dificuldades, (...) você começa a sentir uma coisa se desestruturando, como se fosse uma coisa se quebrando, o que você vai fazer a partir dali? Eu, por exemplo, estou até mancando, tendo situações psicossomáticas, tendo tendinite, então meu corpo está padecendo. É... o que está me incomodando. Eu estou percebendo que eu não estou bem, e eu sei que é o ambiente escolar, quando eu venho para cá, sinto, eu sou frio, eu fico péssima, fico olhando para o relógio o tempo todo, para o tempo acabar, meus dias se resumem a isso. A ver o tempo acabar, a ver o horário de ir embora e amanhã ter que voltar” (KF).

Neste sentido, os conceitos da teoria da Psicodinâmica do Trabalho nos auxiliaram na compreensão das formas como o docente lida com as vivências de sofrimento e prazer no seu cotidiano do trabalho, quais os recursos utilizados para enfrentar as situações laborais, e o que acontece no seu quadro mental para que ele permaneça no trabalho ou futuramente adoeça. Sob este prisma, destacam-se discursos que retratam instabilidades emocionais, falta de equilíbrio psíquico, quadros psicossomáticos, que denotam o sofrimento patogênico de alguns participantes, como de MM:

“Por mais que, em muitos momentos, você tenha muita coisa bonita, leve, você tem uma carga muito pesada. Você é bem sobrecarregada(...)e precisa lidar minimamente dentro de um equilíbrio para as coisas fluírem e você não ficar louca ou ficar com a sua sanidade comprometida” (MM).

Diante do exposto, Mendes (2007) e Dejours (2018), propõem a necessidade do desenvolvimento de estratégias de elaboração subjetiva do sofrimento, pela construção de ações e modos de agir, que atribuam um novo significado ao sofrimento através da mobilização subjetiva, onde o trabalhador possa elaborar condições alternativas para manter-se em equilíbrio psíquico e transformador, fortalecendo o apeço ao trabalho.

Observou-se quena prática, o excessivo número de alunos por turmas, a sobrecarga de atividades, as cobranças excessivas são fatores desgastantes, conforme apresentados no seguinte depoimento:

“O que acho que pode afetar a minha vida profissional, é porque muitas vezes os problemas que a gente enfrenta nos causam desânimo, nos fazem pensar na prática como algo cansativo e isso acaba te tirando o prazer de fazer sempre o melhor, a ideia de sempre estar buscando coisas novas. os problemas que muitas vezes enfrentamos no dia a dia, podem sim diminuir o nosso prazer...” **(RL)**.

Diante das diversas situações de trabalho relatadas, percebemos que a organização do trabalho docente neste estudo impôs aos sujeitos a necessidade do desenvolvimento de defesas psíquicas, que se colocam como estratégias de enfrentamento constante entre as adversidades do cotidiano e o sofrimento mental.

Segundo Dejours (2011; 2018) para que o sofrimento não leve ao adoecimento, o sujeito tenta restabelecer o equilíbrio psíquico através de defesas de elaboração criativas. Porém, observou-se nos discursos que nem sempre esses mecanismos de defesa individuais são eficazes.

Como estratégias eficazes de enfrentamento, recomendam-se construções de ações coletivas, com vistas à reflexão do cotidiano e que sejam estimuladas, desencadeando processos criativos, propiciando a transformação do fazer no trabalho docente, levando ao prazer e realização profissional.

Terceira Categoria: A mulher docente e a sobrecarga de funções femininas: Uma questão de gênero

Nesta categoria os resultados corroboram com a ideia de que o fenômeno da feminização do magistério evidenciado nesta pesquisa, ainda contribui para a desvalorização do trabalho feminino, a confusão de papéis entre a profissionalização docente no ensino fundamental e o papel de mãe e cuidadora.

A sobrecarga de atividades foi exposta pela múltipla jornada do trabalho da mulher docente, que além do trabalho formal na escola é responsável pelos cuidados domésticos e da família, indo ao encontro da ideia de Kergoat (2000) , onde o trabalho em educação, reflete a noção da distribuição de tarefas pelo critério de gênero, pela lógica das sociedades patriarcais onde o fazer feminino é relacionado à competência do cuidado, legitimando as diferenças dos papéis de gênero.

A função docente no Brasil requer um olhar histórico, social e cultural que auxilie na compreensão de ser mulher e professora, pois ao longo do tempo esse trabalho foi visto como um dom delegado às mulheres, como produto de uma sociedade colonial que designava papéis culturalmente construídos a homens e mulheres nas sociedades em que viviam (JESUS; BARBOSA, 2016).

Apesar dos baixos salários recebidos pela categoria e o acúmulo de tarefas inseparáveis à questão de gênero, destaca-se no depoimento de LF o envolvimento afetivo na docência:

“Então a prática em sala de aula não é fácil, mas é algo que eu gosto, sabe? Eu vou te falar que eu estou mesmo por amor, sabe que a gente não ganha muito não é? Então é o dom, é por amor, a gente tenta ao máximo ajudar”.

O conceito da Psicodinâmica do Trabalho feminino, segundo Molinier (2004), abrange o trabalho aqui entendido como prática social desempenhada sobre distribuições de papéis por gênero, incluindo a educação de crianças como uma prática de cuidado atribuída às mulheres e as condições de trabalho em que estão inseridas. Neste sentido, mais uma vez reafirma-se que a divisão sexual do trabalho é acompanhada por desvalorização do trabalho feminino e pela tripla jornada de tarefas pelas quais as mulheres são responsáveis na sociedade em que vivem. (NEVES; BRITO; MUNIZ; 2021)

O estudo das relações de gênero e de divisão sexual do trabalho, e as repercussões na saúde das mulheres docentes do ensino fundamental da escola pública, é a possibilidade de dar visibilidade a esse fenômeno da saúde mental que envolve trabalho docente, gênero e saúde, como uma via de facultar às mulheres trabalhadoras da educação a garantia dos seus direitos sociais e de reconhecimento público, historicamente negligenciados os quais somam às lutas cotidianas da categoria contra a dominação masculina (MELO; THOMÉ, 2018)

Neste sentido, além da dupla jornada entre a escola e as atividades domésticas, devido aos baixos salários, assumem outros turnos de trabalho, destacando-se o depoimento de HL sobre este aspecto: *“Por termos baixos salários a gente tem que trabalhar em dois turnos, às vezes até três, depois a gente tem tripla jornada, não é”* (HL).

Os resultados apontaram para as relações de gênero no trabalho docente e suas implicações para a saúde mental dessas mulheres, tanto no âmbito social como laboral, seja pela sobrecarga de trabalho, carga afetiva ou a multiplicidade das tarefas incluindo as domésticas delegadas a elas.

Essa organização do trabalho funciona a partir de dois critérios: trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, onde o trabalho masculino é mais valoroso que o trabalho de uma mulher. Nesse contexto a mulher docente enfrenta uma jornada ilimitada de trabalho, acumulando o trabalho remunerado ao trabalho não remunerado, podendo contribuir para o agravo progressivo da sua saúde mental. (KERGOAT, 2010; MOLINIER, 2013).

Considerações finais

Diante das situações de trabalho aqui evidenciadas pelos discursos, foi possível compreender que as situações adversas da prática profissional no ensino fundamental influenciam negativamente a Saúde Mental dos docentes. As questões discutidas estão relacionadas à organização do trabalho, aos desgastes do ambiente escolar e as características da rotina profissional. Esses fatores geram cansaço, sofrimento e fragilidades, que acabam afetando a saúde mental, que podem causar mal-estar e conseqüentemente o aumento dos casos de absenteísmos e afastamentos do ofício.

Este estudo ofereceu avanços na produção do conhecimento a respeito da saúde mental e os impactos das situações da profissão na saúde mental do docente. Identificou também que a divisão sexual do trabalho e as situações produtoras de sofrimento dentro e fora da escola, produzem nessas mulheres comportamentos de negação das suas vulnerabilidades e do medo; condutas submissas e insatisfação profissional.

Os resultados apontam para o cenário desgastante e a constante tensão na relação do trabalhador com o real do trabalho na escola, fazendo emergir fadiga, angústia e outros desequilíbrios emocionais. Diante disso o docente pode ser levado a um processo de alienação, apatia, resignação ou problemas de saúde que podem suscitar em afastamento da ocupação ou, caso seja crônico, em readaptação de função.

Neste sentido, ações voltadas à prevenção e cuidado com a saúde mental do docente são necessárias, para preservar sua qualidade de vida, e conseqüentemente, subsidiar o desenvolvimento pleno da profissão. Estratégias como: ações coletivas de intervenção, apoio psicológico, reorganização do trabalho docente na escola pública, diminuição da carga de atividades profissionais, revisão dos planos de cargo e salários, aumento das redes de apoio, entre outros. Deste modo, além do aumento da qualidade do trabalho desempenhado, também serão evitadas perdas econômicas que vêm como resultado do absenteísmo e aposentadorias precoces, tendo como causa o adoecimento mental desse trabalhador.

Referências

ATAIDE, Patrícia Costa; NUNES, Iran de Maria Leitão. Feminização da profissão docente: as representações das professoras sobre a relação entre ser mulher e ser professora do ensino fundamental. **Revista Educação e Emancipação**. Maranhão. [S. L.], v. 9, n. 1, p. 167-188, 2016. DOI: OI: 10.18764/2358-4319.v9n1p167-188. Disponível em: <http://www.periodicos.eletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/4984>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNADO, E. da S.; FELIX, R. C. C. R. P. . O Direito à Educação e as Desigualdades no Brasil. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, [S. l.], v. 20, p. 10915, 2023.

Disponível em:

<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/10915>. Acesso em: 13 mar. 2024

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. **A previdência social e as mulheres**. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br>. Acesso em: 25 jan. 2022

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Resolução nº466**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 20 jan. 2020.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 2018.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. 6. ed. [s.l.] Cortez-Oboré, 2018.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011.

DOGRA, Pallavi, KAUSHAL, Arun. Underlying the triple burden effects on women educationists due to COVID-19. **Educ Inf Technol** 27 , 209–228 (2022). <https://doi.org/10.1007/s10639-021-10645-6> Acesso em: 5 nov. 2022

JESUS, Carla Simone Barbosa de; BARBOSA, Robson de Jesus Silva. Trabalho feminino x nível de escolaridade: uma análise sobre a influência da educação para a inserção da mulher no mundo do trabalho. **Revista Ártemis [S. l.]**, v. XXI, p.131-146, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/28227>. Acesso em: 12 dez. 2019.

KERGOAT, Daniéle. Dinâmica e Consustancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, v. 29, n. 1, p. 93-103, 2010. DOI: doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar 2024.

LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. **Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

MARQUES, Alcione Moreira; TANAKA, Luiza Hiromi; FOZ, Adriana Queiroz Botelho. Avaliação de programas de intervenção para a aprendizagem socioemocional do

professor: Uma revisão integrativa. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 32, n.1, p.35-51, 2019. DOI: 10.21814/rpe.15133. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/15133/14224>. Acesso em: set. 2020.

MELLO, Janine. (ORGANIZADORA) et al. **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos : experiências recentes das políticas de redução das desigualdades**. Brasília: Ipea, 2020.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MELO, L. F. de; BERNARDO, J.; SILVA, T. C. MICHELI, D. Fatores que Afetam a Saúde Docente: Estudo Introdutório em uma Escola de Educação Básica de São Paulo. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 19, n.4, p. 438-443, 2018.

MELO, L. F. de; BERNARDO, J.; SILVA, T. C. MICHELI, D. Políticas Públicas e Rotina Escolar: Uma análise sobre seus impactos na saúde docente. **In: 3rd. International Symposium on Adolescence(s): Vulnerabilities, Protagonisms and Challenges & 1st. Fórum (Re) Pensando a Educação**, no período de 4 a 6 de outubro na UNIFESP. 3rd. São Paulo: UNIFESP, 2017.

MELO, Vangelina Lins. **Implicações dos processos licitatórios na psicodinâmica do trabalho de uma unidade pública de alimentação e nutrição**. 2013. 203 fp. Dissertação (Mestrado em Ciências do Cuidado em Saúde). Niterói: UFF, 2013.

MENDES, Ana Magnólia. **Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. 368 p.

MOLINIER, Pascale. O trabalho e a psique. **Uma introdução à Psicodinâmica do Trabalho**. São Paulo: Paralelo 15, 2013. 344 p.

MORAES, Rozângela Dutra. Prazer e sofrimento no trabalho docente: estudo com Professoras de ensino fundamental em processo de formação superior. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**. Brasília, v. 5, n.1, jan-jun, p.159-183, 2005.

NASCIMENTO, Luciana de Cassia Nunes, et. al. Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with school children. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2018; 71(1):228-33.

NEVES, Mary Yale Rodrigues, BRITO, Jussara Cruz de; MUNIZ, Hélder Pordeus. A saúde das professoras, os contornos de gênero e o trabalho no Ensino Fundamental. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2019, v. 35, n. Suppl1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/hG7mMsK9BtdgCwpw8bzPtNp/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan 2022.

NITERÓI. Deliberação CME nº 031 de 22 de dezembro de 2015. Aprova a Carta Regimento das Unidades Públicas Municipais de Educação de Niterói. **Diário Oficial**, Poder Legislativo. Niterói, 2015. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/193909/>

Deliberacao_CME_n_031_2015_Aprova_a_Carta_Regimento_das_Unidades_Publicas_de_Educacao.pdf. Acesso em: 10 de out. de 2019.

NÓVOA, Antonio. Firmar a profissão como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**; 47(166),1106-1133, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742017000401106&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jan. 2020.

OLIVEIRA, Helter Luiz da Rosa, BALK, Rodrigo de Souza; GRAUP, Susane; MUNIZ, Ane Gabrielle. Percepções sobre saúde mental de professores e professoras de uma escola pública da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 9, n. 4, p. Mar. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i4.3>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Com depressão no topo da lista de causas de problemas de saúde, OMS lança a campanha “Vamos conversar”**. 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/30-3-2017-com-depressao-no-topo-da-lista-causas-problemas-saude-oms-lanca-campanha-vamos>. Acesso em: 15 set. 2019.

PALMA-VASQUEZ, Claudia; CARRASCO, Diego; HERNANDO-RODRIGUEZ, Julio C. Saúde mental de professores que trabalharam em teletrabalho devido ao COVID-19. **EUR. J. Investigação. Psicologia da Saúde. Educ.**, [S. l.], 11, 515-528. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ejihpe11020037>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos**. 23ª Reunião anual da Anped. Minas Gerais, 2000.

SOUZA, Andréa Rodrigues de; MELO, José Carlos. Educadora ou tia: os reflexos da feminização do magistério na construção da identidade profissional de professores (as) da educação infantil. **Inter-Ação**. Goiânia, v.43, n.3, p. 697-709, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/48977>. Acesso em: 04 fev. 2021.

Revisores de línguas e ABNT/APA: *Celia Regina Santos de Oliveira e Suellen Gomes Barbosa Assad.*

Submetido em 21/03/2023

Aprovado em 28/02/2024

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)